

Meditações sobre a busca de identidade Brasileira: Quem são os Brasileiros Afinal? Existe algo que nos caracterize? Que cara tem nosso povo?

Reflections on the search for Brazilian identity: Who are Brazilians, after all? Is there something that defines us? What is the face of our people?

FERNANDO GALVÃO DE ANDRÉA FERREIRA
PROFESSOR TITULAR DA UNISÄOJOSÉ
DOUTOR PELA USP

RESUMO

Trata-se de estudo sobre a identidade brasileira. Quem são os brasileiros?

Palavras-chave: identidade. povo brasileiro. língua

ABSTRACT

This is a study regarding Brazilian identity. Who are the Brazilian people?

Keywords: Identity , Brazilian people , Tongue

(I) - BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA NHEENGATU

1. Longe de ser uma excentricidade, como a de Policarpo Quaresma, narrada na obra de Lima Barreto, a escolha do nome “*Catuiara*” (palavra que, em *Nheengatu*, significa algo como “juiz bom”), tem suas razões e está diretamente ligada ao *projeto de valorização do pensamento nativo brasileiro*, em especial no campo das ciências sociais e humanas.

Daí ser o propósito deste texto demonstrar, para o leitor, a importância central da língua *Nheengatu* na formação do Brasil, indicando assim os motivos da opção feita.

2. Ao contrário do que se costuma acreditar, a *língua portuguesa* não teve expansão triunfante, exercendo domínio sobre o “Brasil”, desde o momento em que o primeiro navegador português pisou em nosso solo. O processo, que levou à hegemonia do português no Brasil, não é, de forma alguma, algo evidente, autoexplicativo e até pacífico, decorrente de sua suposta superioridade.

Na verdade, a própria noção de “Brasil”, dos dias de hoje, surgiu somente após a adesão do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1823, à independência proclamada, no ano anterior, pelo Estado do Brasil. Durante mais de três séculos, o termo “Brasil” se aplicou exclusivamente à parte centro-meridional(sul) da América Portuguesa, que era então composta por duas entidades administrativas distintas: o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Quando os portugueses aqui chegaram, em 1500, encontraram grande quantidade de línguas diferentes, faladas pelos povos nativos, o que representava severo obstáculo ao projeto de catequização e de ocupação efetiva do território, por parte da Coroa portuguesa, interessada também na mão de obra indígena, inclusive sob a forma escrava. A solução foi a adoção do *tupi antigo*, como língua corrente (*língua brasileira*), que era a língua mais falada ao longo da costa, e que, após o final do século XVII, foi se transformando na chamada *língua geral*, com dois principais ramos, o do Norte, conhecido como *Nheengatu*, ainda hoje falado, e o do Sul, já desaparecido, e que se irradiara, seguindo o rastro dos bandeirantes, a partir da capitania de São Vicente, para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

O português foi, como se vê, sobrepujado, não se impondo de imediato. A adoção do *tupi antigo*, no primeiro momento, e, posteriormente, do *tupi moderno*, que surge em decorrência da modificação daquele pela incorporação de estruturas da língua portuguesa, permitiu ao colonizador se comunicar com os aborígenes, colocando em prática seus intentos.

As *línguas gerais* não foram línguas étnicas, isto é, não pertenciam a nenhum grupo indígena antes da chegada dos europeus à América, mas foram as línguas em que se expressou a civilização aborígine, definidas a partir da inserção dos índios no mundo do colonizador branco.

Essas *línguas gerais* deixaram vasta herança, identificada, por exemplo, no léxico e em nomes geográficos de diversos pontos em nosso território.

Como afirma Eduardo Navarro:

Foi por meio das línguas gerais que a América indígena encontrou-se com a América portuguesa. Elas representavam um encontro de mundos. Nascia, finalmente, o Brasil

Com o passar do tempo, a língua portuguesa foi se impondo, principalmente após a ação do Marques de Pombal, ministro do Rei de Portugal, D. José I (1750), que procurou fortalecer o Estado, em detrimento do poder da Igreja, especialmente da sua principal ordem religiosa, a Companhia de Jesus. (continua na próxima semana)

(II) AFINAL, QUEM SÃO OS BRASILEIRO? EXISTE ALGO QUE NOS CARACTERIZE? QUE CARA TEM NOSSO POVO?

Tupi or not Tupi

That is the question

Oswald de Andrade

(manifesto antropofágico)

1. Identidade, memória e história

A construção da identidade de qualquer povo se dá obrigatoriamente pela criação de sua memória coletiva. Não existe, pois, povo sem memória social, sem a lembrança de fatos importantes, representados como pertencentes a um passado comum. Ora, essa necessidade fundamental é satisfeita, principalmente, pela História, entendida como a narrativa dos acontecimentos, isto é, narrativa dos fatos inseridos no tempo. Produz-se a História para constituir esta memória social.

Como desdobramento disso, temos a existência de um vínculo entre esta História engendradora e a vida coletiva presente, formando a denominada consciência histórica, que, em linhas gerais, corresponde a soma das operações por meio das quais se lança uma interpretação sobre o passado, para compreender o presente e projetar futuros.

Sempre que se cria uma narrativa sobre o passado, interfere-se no modo como vemos o presente e orientamos nossas ações, e, por conseguinte, na forma como encaramos o futuro.

Se, por exemplo, olho para o passado e digo que algo sempre foi assim, concluo que nada pode ser feito hoje (vemos aqui a interpretação do passado, servindo de orientação para ação no presente).

História e memória são, pois, suportes de identidades, individuais e coletivas, que se formam no processo da vida em sociedade. Já dizia Ortega y Gasset, que o ser humano não tem natureza, tem história.

Mas que cara afinal tem o Brasil?

Trazendo essa discussão para o caso brasileiro, vemos como isso explica o vivo interesse de D. Pedro II, já nos idos de 1838, pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em uma tentativa de buscar, no passado, os elementos que explicassem o que significaria "*ser brasileiro*". Era a Monarquia preocupada em como seria contada a História, a ser ensinada e repetida, de modo a imprimir o caráter brasileiro em nossa cultura e na formação da nacionalidade.

O objetivo era criar a História do Brasil oficial, apontando seus grandes personagens e heróis, trazendo "*à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira*". Produzir uma historiografia para a Pátria significava, portanto, a própria fundação da identidade do povo brasileiro.

Ocorre que a História é engendrada a partir de *interesses*, que acabam por se modificar ao longo do tempo, fazendo com que seja permanentemente reescrita.

Isso fica mais claro, quando se analisa o *tema da identificação de heróis nacionais*, um dos tópicos em que mais se destacam as constantes reelaborações das *memórias coletivas*.

Neste sentido, cabe mencionar o exemplo clássico, revelado por José Murilo de Carvalho, da figura de *Tiradentes*, personagem sem realce, cuja imagem, ao ganhar ares de “*Jesus Cristo*”, foi apropriada pela narrativa oficial, para a construção de um mito de origem da República brasileira, sendo então alçado ao posto de herói da *Inconfidência Mineira*.

Se a ideia de nação e de povo são constructos sociais, pensar nosso país é pensar sobre nossa identidade cultural.

Neste sentido, poderíamos analisar o papel da *literatura* no processo de construção da grande *nação brasileira*.

Quais as significações que foram atribuídas ao encontro entre o elemento europeu e o nativo, e como foi possível lidar com este *outro*, que é radicalmente estranho a mim, de modo a introduzi-lo em um universo compreensível para os estreitos parâmetros da cultura europeia? Catequização ou demonização e aniquilamento?

Aponta-se, como primeira forma literária, espécie de berço da *nacionalidade brasileira*, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), na qual o autor procura, a partir de uma perspectiva etnocentrista, relatar o encontro com os povos nativos, tentando dar conta de sua possível humanidade, por meio de uma testagem de diferenças (carências), já que só conseguia ver o *outro*, a partir de seu quadro próprio de referências. Seriam eles dotados de alma, e por isso deveriam ser amados, como determina o mandamento cristão, ou poderiam ser escravizados e mesmo exterminados, em caso de insubmissão radical.

A questão em Caminha parece ser resolver no sentido de que, dentro de uma lógica colonial, de relação de dominação, o *outro* (índio) deveria ser educado, amansado, para, ao final ser integrado.

Neste mesmo sentido, de construção cultural da *nação brasileira*, costuma-se invocar a literatura de José de Alencar, situada no século XIX, como constituinte de uma de nossas narrativas fundacionais, ao contribuir, decisivamente, no plano do discurso, com a eleição de imagens, que compuseram nossa identidade comum (*construção do sentimento de pertencimento a esta comunidade imaginária chamada nação, que pode ser vista como uma espécie de consciência moral, de uma comunidade imaginada, limitada e soberana, para cuja criação, no dizer de Benedict Anderson, o esquecimento aparece como fator histórico essencial já que, na origem daquela, sempre há fatos de violência. A unidade é feita brutalmente*).

A literatura de Alencar mostra, mesmo em sua forma mais mítica, como em *Iracema*, que o povo brasileiro nasce da união entre o branco português (elemento europeu) e a índia (elemento aborígine), que se sacrifica para que surja o Brasil.

Ora, somos constituídos pela ficção, isto é, produto da construção de uma identidade ficcional. Mesmo a *nação* é uma construção simbólica, imaginária e afetiva. Diz Alencar, em uma tentativa de legitimação da mestiçagem, “*a literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria*”.

Prosseguindo com esta análise vemos, no início do século XX, após o término da primeira Grande Guerra e com o desmoronamento das ilusões de otimismo, decorrentes da ideia de *progresso*, que a busca por nossa *identidade nacional* ganhou novo fôlego, em especial com o declínio da influência europeia, traduzida na necessidade de importação, de forma acrítica, dos modos de vida, predominantemente francês (até então considerado modelo de cultura e civilização).

Nesta linha, na década de 1920, aparecem movimentos, preocupados com a questão da cultura nacional, como, por exemplo, o *movimento modernista*, cujo ícone era a pintura do *Abaporu* ("o homem que come"), de Tarsila do Amaral, que simbolizaria a *cultura brasileira*, ao remeter à noção de *antropofagia*, praticada pelos nativos, que, devorando tudo aquilo (*inclusive o bispo Sardinha*), que vem de fora, incorporariam seu espírito para produzir algo novo, que podemos considerar como efetivamente brasileiro (*posteriormente, nos anos 70, tivemos, já no campo da música, o movimento tropicalista, também refletindo sobre o caráter antropofágico de nossa cultura*).

(III) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua pensada em sua dimensão relacional constitui a *comunicação*, que, longe de ser mera transmissão de mensagens, deve ser vista como aquilo que nos vincula e nos conecta, isto é, o modo pelo qual é estruturado e organizado simbolicamente o real. Essa é a origem da própria palavra *communicatio*, que, em latim, tinha o sentido de comunidade, de ponte de relações entre homens e deuses (comunicação vertical, de relação com a transcendência) (lembremos que, na Roma Antiga, *communicarius* era o adjetivo que designava o dia de sacrifício aos deuses -*dies communicarius*, que, assim, intensificava a interação social de uma comunidade).

Ademais, sabemos que as diferentes estruturações das palavras revelam os distintos graus de recortes e de organização das percepções da realidade, isto é, refletem aspectos fundamentais da *visão de mundo* desenvolvida pelo povo falante. Por isso a língua é a porta de acesso pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa. A simples organização gramatical do verbo, por exemplo, nos diz como cada povo estrutura sua ideia de *ação* e de *tempo*.

Apenas para ilustrar dessa ideia, podemos mencionar a obra ficcional "1984", de George Orwell, que nela se inspirou, para criar enredo sobre um Estado totalitário, onde havia um órgão, denominado de Ministério da Verdade, que, no ímpeto de exercer o controle social extremo ("Big Brother"), não só manipulava as narrativas que constituíam a *história*, alterando, por conseguinte a *memória coletiva*, como também chegava a excluir *palavras* do léxico, como tentativa de modificar o trecho da realidade, por ela referido, que, assim, deixaria de existir (*radicalização, no campo literário, da hipótese de Sapir-Whorf*).

O ponto central aqui, contudo, não é a língua como fenômeno abstrato, mas as vozes e palavras que atravessam a formação da nossa sociedade, na qual o singular – língua do Brasil – foi construído sobre o plural, que teima em persistir – línguas no Brasil, entre as quais o Nheengatu.

Justifica-se, em face disso, a escolha do nome "*Catuiara*" para o presente projeto, como indicativo de valorização do pensamento nativo brasileiro, em especial no campo das ciências sociais e humanas, com o que, dado o caráter antropofágico de nossa cultura, se quer promover, após processo de adequação ao nosso contexto e nossas vivências, a incorporação seletiva daquilo que vem de fora, produzindo-se algo novo.

Puranga karuka

Fernando de Andréa

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. A tradução como política linguística na colonização da Amazônia brasileira, publicado na Revista Letras Raras ISSN: 2317-2347 – v. 7, n. 2 (2018)

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual

CUNHA, Eduardo Leal. Indivíduo singular plural: uma crítica psicanalítica das identidades / Eduardo Leal Cunha. – 2005

CAMPOI, Juliana Flávia de Assis Lorenção. As narrativas em Nheengatu: uma construção entre Literatura e História. Revista Metalinguagens, ISSN 2358.2790, n. 6, Novembro 2016, pp. 66-91. CAMPOI

FIORIN, J. L. “Língua, Identidades e Fronteiras”. Diversitas, mar-set. 2013.

GASSET, J. O. História como sistema: Mirabeau ou o político (1935). Tradução de J. A. G. Sobrinho & E. H. C. Costa. Brasília: UnB, 1982.

NAVARRO, Eduardo. CURSO DE LÍNGUA GERAL (NHEENGATU OU TUPI MODERNO) A LÍNGUA DAS ORIGENS DA CIVILIZAÇÃO AMAZÔNICA

_____. Entrevista Jornal da USP, no endereço <https://jornal.usp.br/cultura/livro-em-tupi-moderno-busca-fortalecer-o-idioma-na-amazonia/>

_____. O último refúgio da língua geral no Brasil - Estudos avançados 26 (76), 2012

NOVAIS, Fernando. Materialismo histórico e historiografia. Em RODRIGUES, A. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986

RODRIGUES, Aryon. SOBRE AS LÍNGUAS INDÍGENAS E SUA PESQUISA NO BRASIL, no endereço <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf>

SADDI, Rafael. Didática história e educação histórica. Em <https://youtu.be/nBG8bTtXdzU>

SODRÉ, Muniz. Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 1996

STRADELLI, E. Vocabulário Português-Nheengatu/Nheehgatu-Português. Atelie Editorial, 2014

Puranga ara (bom dia)

Primavera de 2026

F.G. de Andréa

